

# Editorial / Editorial

Esta edição temática articula dois objetivos centrais. Primeiro, busca fomentar o debate acadêmico, social e político sobre os processos contemporâneos de apropriação e expropriação dos territórios no Sul Global, impulsionados pela reconfiguração do capitalismo no século XXI e seus impactos no aprofundamento da crise climática e socioambiental. Segundo, pretende apresentar — a partir da perspectiva das lutas empreendidas pelos povos indígenas, movimentos sociais agrários e outros movimentos socioterritoriais — uma crítica socioecológica e propostas de processos concretos para enfrentar a emergência climática e defender os territórios, com especial atenção aos processos de transição agroecológica.

Entendemos que a acumulação de capital é um processo socioecológico no qual a natureza (humana e não humana) é organizada para a máxima exploração e apropriação, criando um antagonismo entre valor de uso e valor de troca nas relações estabelecidas com o território e a natureza. Segundo Bolívar Echeverría (2010), o valor de uso implica uma relação de interdependência entre os seres humanos e a natureza, na qual tudo o que é produzido é necessário para a reprodução da vida. Em um viés antagonista, o valor de troca pressupõe uma valoração monetária e econômica no processo de dominação da natureza, transformando-a em mercadoria para gerar mais-valor, isto é, lucro. Para Echeverría, as noções de valor de uso e valor de troca refletem processos civilizatórios antagonísticos, uma vez que o valor de troca dos bens é produzido ao custo do sacrifício do valor de uso estabelecido com a natureza.

No contexto da ecologia-mundo, o capitalismo estabelece suas fronteiras de apropriação por meio da definição de um espaço interno do capital — mercadorias, tempo de trabalho socialmente necessário e trabalhadores com menor proteção social — e espaços externos, isto é, natureza humana e extra-humana barata ou gratuita (Moore, 2020, 2021). A lógica da apropriação capitalista

é a do esgotamento dos bens naturais, sem preocupação com a restauração das condições que permitam, por um lado, a acumulação de capital e, por outro, a reprodução da vida.

Esse processo desencadeou uma crise climática e socioambiental sem precedentes, que tem sido questionada por diferentes povos indígenas, camponeses, comunidades tradicionais e outros movimentos sociais agrários. É fundamental reconhecer que as lutas sociais — especialmente aquelas lideradas pelos povos indígenas e pelo campesinato — abordam a crise climática e socioambiental como resultado dos problemas agrários e territoriais estabelecidos durante o período colonial e aprofundados na constituição do capitalismo.

Hoje, as mudanças climáticas e as emergências climáticas — impulsionadas por um modelo de desenvolvimento capitalista baseado na espoliação — contribuem drasticamente para crises alimentares globais e locais e para o aumento da fome, processos de desertificação e alterações nos fenômenos naturais, além de injustiças socioambientais. Apesar desse cenário, também podemos identificar uma série de experiências articuladas por povos indígenas e movimentos sociais agrários que podem fornecer importantes pistas metodológicas, epistemológicas, ontológicas e práticas para enfrentar as múltiplas crises que vivemos. Como mencionam Nóbrega e Barbosa (2024), isso inclui experiências relacionadas à produção e circulação de sementes crioulas, da vida ou culturais.

Nesse sentido, consideramos duas premissas importantes:

1. A agricultura depende da água, da luz e do solo, bem como da temperatura e de um delicado equilíbrio de gases como dióxido de carbono e metano na atmosfera. Assim, por um lado, a agricultura é fortemente afetada pelas mudanças climáticas e, por outro, é responsável por muitos desses efeitos devido a práticas em larga escala como desmatamento, monocultivos e uso de agroquímicos e pesticidas, frequentemente inseridos em longos circuitos de produção e consumo.
2. Mudança climática e segurança alimentar estão intrinsecamente relacionadas, o que exige uma visão crítica de várias análises apresentadas, por exemplo, nos relatórios do IPCC ou mesmo na Agenda 2030 (Ramos; Barbosa, 2025).

Essas análises frequentemente descartam ou minimizam as contribuições consideráveis dos impérios alimentares, como destacado por Jan Douwe van der Ploeg (2008), para as emissões de gases de efeito estufa.

A maior parte das pesquisas concentra-se na resiliência ecológica dos agroecossistemas, mas pouco se escreveu sobre como fortalecer a resiliência social das comunidades rurais que gerenciam esses agroecossistemas. Para serem resilientes, as sociedades rurais e os povos indígenas devem fortalecer seus vínculos e conhecimentos por meio da auto-organização e da ação coletiva. Além disso, a agroecologia camponesa e indígena se fortalece quando articulada com mercados locais e sistemas alimentares que valorizam os produtos ecológicos camponeses.

Nesse processo, a agroecologia é uma importante alternativa socioproductiva que respeita os ritmos sociais, culturais e da vida por meio de um processo social de recuperação, valorização e construção de matrizes de conhecimento vinculadas à ciência ancestral camponesa e indígena (Altieri & Rosset, 2023; Rosset, Barbosa, Val & McCune, 2020). Nesse contexto, as mulheres e suas diversas práticas de sustentação e valorização da vida são fundamentais para a memória biocultural como guardiãs da agroecologia (Barbosa & Nóbrega, 2023).

A partir dessas reflexões, a revista aprofunda esses problemas por meio da discussão da questão agrária e territorial e sua articulação com a crise climática e socioambiental, por um lado, e dos caminhos para enfrentá-la — especialmente aqueles relacionados à territorialização da agroecologia e da soberania alimentar — por outro.

Ao reunir os campos das ciências sociais, ciências ambientais e saúde, este número busca, por meio do diálogo interdisciplinar e da valorização dos saberes tradicionais, conectar artigos originais que contribuam para compreender e intervir nas múltiplas crises que enfrentamos, enfatizando a necessidade de localizar soluções em vez de adotar uma compreensão fatalista da crise climática e ambiental.

Nesse marco, várias perguntas orientadoras conduziram esta edição de *Tensões Mundiais*:

- Como se caracterizam as reconfigurações do capitalismo por desapossamento no século XXI e quais são seus impactos na questão agrária e territorial no Sul Global?

- Que contribuições a agroecologia e as práticas e conhecimentos dos povos indígenas e comunidades camponesas podem oferecer para pensar soluções às múltiplas crises (sociais, ambientais, climáticas, econômicas, alimentares etc.)?

No diálogo coletivo em torno dessas e de outras questões emergentes da pesquisa e do ativismo dos autores, os leitores encontrarão treze artigos, uma entrevista e duas resenhas de livros relacionadas ao tema central dessa edição.

O artigo de abertura, escrito por Lia Pinheiro Barbosa e intitulado *Território-Corpo-Terra-Água e a Ontologia Política da Vida*, analisa o conceito de território-corpo-terra-água como unidade conceitual e práxis política para a defesa do território e da vida. A autora apresenta as matrizes ontológicas e epistêmicas subjacentes a esse conceito e as situa dentro de uma crítica ecológica construída pelos movimentos de mulheres indígenas e mulheres de comunidades rurais, ribeirinhas e florestais.

Em seguida, Pablo Saravia Ramos, em *A Luta Agroecológica no Contexto da Crise Civilizatória*, analisa os problemas alimentares globais resultantes de processos sistemáticos de privatização dos bens comuns. Ele argumenta que um horizonte agroecológico deve começar com uma crítica ecológica que coloque a reprodução da vida em seu centro, entendida como a defesa incondicional da água, da terra e das sementes.

As disputas territoriais são uma característica central da questão agrária no Sul Global, marcada por diversos conflitos socioterritoriais derivados de processos contínuos de expropriação e exploração. Nesse contexto, Kelly Maria Gomes Menezes, Maria de Nazaré Moraes Soares e Maria Inês Escobar da Costa, em *Governança Ambiental e Disputas Territoriais Críticas*, analisam criticamente a governança ambiental na América Latina, destacando sua apropriação pela racionalidade tecnocrática e pela colonialidade do planejamento.

O artigo *Agroecologia: Resistindo e Superando o Inaceitável*, de Daniel Lemos Jeziorny e Marcos Abrahão Cardoso, apresenta a crise climática como uma crise ecológica e civilizatória em curso e propõe a agroecologia como caminho para transições baseadas em matrizes epistêmicas e ontológicas alternativas.

Um segundo bloco de artigos apresenta experiências concretas relacionadas à defesa da terra, do território, da reforma agrária popular e da soberania alimentar.

Mônica Dias Martins, em *Rebelião Camponesa no Brasil: Reforma Agrária e Agroecologia*, examina quatro experiências emblemáticas de organização e resistência camponesa.

Ana Lúcia de Jesus Almeida e Maria Eduarda Grecco Bejarano Suenaga, em *Agroecologia e Saúde: Ações Coletivas de Movimentos Socioterritoriais Agrários*, analisam ações coletivas de movimentos agrários relacionadas ao direito à saúde utilizando dados da rede de pesquisa brasileira REDE DATALUTA.

Saulo de Azevedo Freire e Peter Michael Rosset, em *Conhecimento e Formação na Educação Agrícola e na Educação do Campo*, examinam como a modernização agrícola influenciou os percursos educacionais no Brasil e as tensões entre a educação agrícola hegemônica e as propostas críticas oriundas dos movimentos sociais.

Outras contribuições analisam a resistência ao neoextrativismo, a geografia dos territórios quilombolas, redes agroecológicas no México e movimentos agrários na África Austral.

O artigo final, de Sofonias Lopes Jó e Policarpo Gomes Caomique, examina a exploração petrolífera no Delta do Níger, destacando seus impactos sobre ecossistemas e comunidades e propondo uma perspectiva mais ampla que reconhece múltiplos atores e formas de extrativismo na região.

Esta edição temática conclui com:

- uma entrevista com mulheres indígenas Anacé, relatando a luta por direitos territoriais no Ceará, Brasil;
- uma resenha do livro *A Economia Política do Agronegócio*, de Maria Luisa Mendonça;
- e uma resenha do livro de Maria da Glória Gohn sobre ativismo e movimentos sociais no Brasil.

Como as leitoras e os leitores verão, esta edição sobre Mudança Climática, Agroecologia e Soberania Alimentar no Sul Global reúne um conjunto de textos que iluminam debates teóricos, políticos e sociais contemporâneos sobre a crise climática e os caminhos de

resiliência, resistência e construção cotidiana de experiências de defesa da terra, da água e do território.

Desejamos uma excelente leitura.

Lia Pinheiro Barbosa  
Luciana Nogueira Nóbrega  
Peter Michael Rosset

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, M.; ROSSET, P.M. **Agroecologia**: ciência e política. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

BARBOSA, L. P.; NÓBREGA, L. N. A luta das mulheres indígenas na América Latina e a crise ambiental. **SER Social**, Brasília, v. 25, n. 52, 2023. DOI: 10.26512/ser\_social.v25i52.45426.

ECHEVERRÍA, B. **Valor de uso y utopía**. México: Siglo XXI Editores, 2010.

NÓBREGA, L. N.; BARBOSA, L. P. Semillas que sostienen la vida: experiencias de construcción biopolíticas insurgentes en la defensa de los territorios y de los comunes. **Revista Espirales**, 8(1), 152–175, 2024. <https://doi.org/10.29327/2282886.8.1-8>.

MOORE, J. **El capitalismo en la trama de la vida**. Ecología y acumulación de capital. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

MOORE, J. Del gran abaratamiento a la gran implosión. Clase, clima ya la Gran Frontera. **Relaciones Internacionales**, [S. l.], n. 47, p. 11-52, 2021.

PLOEG, J. D. Van Der. **Camponeses e Impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

RAMOS, P. S.; BARBOSA, L.P. An agenda of failures: a critical look at the 2030 Agenda from the perspective of social movements. In: MANZANERA-RUÍZ, R.; TUDELA-VÁZQUEZ, M. P.; ÁLVAREZ LUCENA, N. (Eds.). **Universities and the Sustainable Development Goals**: critical case studies and contexts to advance Agenda 2030. Reino Unido: Edward Elgar Publishing, 2025, p. 10-25.

ROSSET, P.M.; BARBOSA, L.P.; VAL, V.; MCCUNE, N. Pensamiento Latinoamericano Agroecológico: the emergence of a critical Latin American agroecology? **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 45, p. 01-23, 2020. <https://doi.org/10.1080/21683565.2020.1789908>.